

INTERDISCIPLINARIDADE E ESPAÇO: RETOMANDO A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE¹

Dayana Rossy Moreira Bezerra

RESUMO: As proposições sobre interdisciplinaridade surgem em função da necessidade de superar o domínio capitalista sobre a ciência que aliena os sujeitos, demandando a renovação do pensamento através de novos elementos ou da retomada de elementos que foram encobertos pelo modelo racionalista da modernidade. Neste sentido, o presente estudo, realizado através de pesquisa bibliográfica, aborda a interação entre interdisciplinaridade e espaço, com o objetivo de retomar a formação socioespacial como uma categoria de análise. Notadamente essa categoria reúne concepções de história, de realidade social e de conhecimento essenciais à crítica do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Espaço. Formação socioespacial. Totalidade.

1 INTRODUÇÃO

A produção e estruturação do conhecimento passaram por um longo processo de compartimentação, em função do modelo racionalista da modernidade. A crítica a esse modelo vem crescendo desde a década de 1960, apontando os problemas do domínio capitalista sobre a ciência que aliena os sujeitos, dificulta a apropriação do conhecimento e a construção de uma visão contextualizada da realidade. As proposições sobre a interdisciplinaridade surgem na esteira dessa discussão.

Junto com o paradigma da interdisciplinaridade, surgem movimentos de renovação crítica em áreas disciplinares específicas. Dentro da geografia, uma via de pensamento também anseia pela superação da visão fragmentada de mundo. Neste movimento, Milton Santos redefiniu o objeto disciplinar da geografia, o espaço, a partir da necessidade de apreender o caráter dinâmico e de totalidade – uno e diverso – da realidade social.

¹ I Seminário de Dinâmicas Territoriais e Culturais do Nordeste: 200 anos de (re)invenções de Alagoas, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC) da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, realizado entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2017, na cidade de Arapiraca/AL.

Santos (1977) concluiu que as noções de sociedade e de espaço são inseparáveis e que a teoria não pode tratar apenas da formação espacial ou da formação social, mas da formação socioespacial. Acreditamos que a partir da interação entre interdisciplinaridade e espaço é possível compreender como essa categoria reúne concepções de história, de realidade social e de conhecimento essenciais à crítica do mundo contemporâneo.

De tal modo, este breve ensaio, realizado através de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo retomar a formação socioespacial como uma categoria válida de análise da sociedade.

I Seminário de Dinâmicas Territoriais e Culturais do Nordeste 2 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO PRESSUPOSTO

O Centro para Pesquisa e Inovação do Ensino (Ceri), em 1970, definiu interdisciplinaridade² como a interação existente entre duas ou mais disciplinas (FAZENDA, 2008, p. 18). Trata-se de uma definição ampla que pode tratar da interação dos conceitos epistemológicos, dos procedimentos de pesquisa ou das práticas pedagógicas. Essa amplitude alimenta os debates acadêmicos que não chegam a uma posição consensual quanto à definição e a finalidade da interdisciplinaridade. Contudo, percebe-se na diversidade de abordagem e aplicações do termo um anseio comum, por uma mudança paradigmática capaz de superar a fragmentação do conhecimento.

A interdisciplinaridade é frequentemente empregada como uma maneira de aglutinar várias perspectivas sobre um objeto. Para Ivo Tonet (2013), esse tipo de abordagem é atraente por seu caráter de obviedade, apoiada em aspectos empíricos facilmente identificáveis, mas propõe uma solução equivocada para um problema mal equacionado. O equívoco do conceito está no seu emprego sem consequência, como se a simples justaposição de disciplinas fosse capaz de produzir um conhecimento totalizante. Sobre a definição do problema, ocorre que ao tratar a fragmentação do saber apenas pela via epistêmica ou pela pedagógica, a dependência ontológica do conhecimento em relação às condições materiais é desfeita. Em diversas abordagens, a interdisciplinaridade perde seu caráter original de criticar os diferentes processos de alienação que se efetivam sob as relações de produção capitalistas. O foco passa a ser a fragmentação do conhecimento,

² A interdisciplinaridade surgiu na Europa na década de 60, chegando ao Brasil no final dessa década. O primeiro pesquisador brasileiro a escrever sobre o assunto foi Hilton Japiassú, lançou o livro *Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber* em 1976. Depois, Ivani Fazenda, em 1979, publica *Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: afetividade ou ideologia* buscando construir um conceito de interdisciplinaridade.

limitando-se a buscar sua superação dentro do próprio conhecimento. Neste sentido, o problema deve ser novamente equacionado, não é a fragmentação em si, mas a organização social que a produz.

A fragmentação do saber, assim como a necessidade de uma mudança paradigmática não derivam do exercício arbitrário da razão pura, mas da forma do homem produzir-se. Gaudêncio Frigotto (2008) esclarece que “a produção do conhecimento e sua socialização ou negação [...] não é alheia ao conjunto de práticas e relações que produzem os homens num determinado tempo e espaço, pelo contrário nelas encontra a sua efetiva materialidade” (p. 43).

Frigotto é um dos teóricos que conseguiu lançar aspectos ainda pouco evidenciados sobre o tema, recomendando “apreender a interdisciplinaridade como uma necessidade (algo que historicamente se impõe como imperativo) e como problema (algo que se impõe como desafio a ser decifrado)” (*op. cit.* p. 42). Como necessidade a interdisciplinaridade se expressa nas múltiplas determinações que constituem a parte que isolamos do todo da realidade social. Isso implica, em primeiro lugar, no reconhecimento do caráter intersubjetivo da apreensão da realidade – o todo não pode ser apreendido na sua forma original –, por isso a delimitação. Em segundo lugar, é um imperativo que o todo esteja expresso em suas partes. Passando para via epistêmica, no exercício de produzir conhecimento, o problema é explicitar as características da totalidade.

Explicando de uma maneira diferente, mas a partir dos mesmos pressupostos, Lucrécia Ferrara e Maria Adélia de Souza, em entrevista concedida a Regiane Nakagawa (2016), são precisas ao afirmar que a interdisciplinaridade está no objeto pesquisado. O objeto é material histórico-cultural, ele contém a totalidade. Assim, a interdisciplinaridade deve ser entendida como a expressão do todo no objeto, que pode ser apreendida “caso ele seja estudado pelos seus elementos em transformação, nos seus fluxos” (NAKAGAWA, 2016, p. 13).

Apreender a interdisciplinaridade consisti em “ascender do empírico ponto de partida, conhecido apenas na sua exterioridade, no seu caráter fenomênico, ao conhecimento efetivo das forças, mediações e determinações múltiplas que produzem esta realidade” (FRIGOTTO, 2008, p. 45). Para tanto, é indispensável empregar categorias de análises e conceitos coerentes com esta expectativa. Isso significa que devem abranger as especificidades e a dinâmica do objeto investigado, sem atribuir-lhe características arbitrárias.

Acolhemos aqui a interdisciplinaridade como um pressuposto, “o que é posto antes e que é passível de ser teórica e historicamente sustentado” (FRIGOTTO, 2008, p. 45). Elemento fundamental na escolha e revisão crítica das categorias e conceitos passíveis de nos prender a uma análise social crítica e que, principalmente, não escape a realidade.

3 O ESPAÇO COMO EXPRESSÃO DA TOTALIDADE

Também na década de 1970, estava em curso o movimento de renovação crítica da geografia. A renovação foi necessária, pois a base material que produziram os fundamentos da ciência moderna haviam se alterado, provocando crises e reestruturações diversas: a falência do liberalismo econômico; o rápido processo de urbanização; a mecanização da agricultura. Enfim, a realidade social havia se transformado, ganhando maior complexidade e fornecendo razões formais para a crítica do pensamento tradicional.

O movimento de renovação dentro da geografia foi incitado por grupos com concepções políticas e objetivos diferentes, classificados em dois grandes grupos: a Nova Geografia e a Geografia Crítica. A primeira corrente, também chamada de teórica ou quantitativa, caracterizou-se pela tentativa de criar regras/leis gerais para a geografia, sendo influenciada por diversas matrizes do pensamento entre as quais: NeoPositivismo, Neo-Kantismo, Estruturalismo, Teoria dos Sistemas e Modelos. Por outro lado, tanto a Nova Geografia quanto o determinismo e o possibilismo do pensamento tradicional passaram a ser confrontados pela Geografia Crítica. Esta fundamentada nas concepções da dialética e do materialismo histórico.

A corrente da Geografia Crítica³ desenvolveu uma postura mais radical por uma transformação da realidade social. Segundo Moraes (2007), essa corrente pensa a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

Não cabe apresentar, neste texto, todo o mote do movimento de renovação da geografia, mas reconhecer que o pesquisador não pode definir-se pela neutralidade. Por

³ Ives Lacoste e Milton Santos, entre outros, podem ser apontados como os principais teóricos da Geografia Crítica. Entre as publicações de Ives Lacoste destacam-se *A Geografia serve, antes de mais nada para fazer a Guerra e Geografia do Subdesenvolvimento*. Sobre as Publicações de Milton Santos torna-se difícil definir as de maior importância, contudo podemos apontar *Sociedade e Espaço: Formação Social como Teoria e como Método* e o livro *Por uma Geografia Nova*.

isso, explicitamos a nossa escolha teórico-metodológica que, diferente da “corrente teórica”, acolhe o caráter global e de totalidade da visão geográfica.

Além disso, é preciso esclarecer que mesmo quando se presa por uma visão de totalidade, existe um lado a escolher. Isso fica claro ao confrontarmos as concepções de *formação social*⁴ e de *geo-sistema*. Armen Mamigonian (1996) reconheceu que esses paradigmas importantes para os debates científicos, na segunda metade do século XX, igualmente propõem uma visão de totalidade, mas estão em lados opostos. Não se pode descartar a possibilidade de utilizar as duas concepções de forma complementar, apesar de frequentemente serem apropriadas para representarem signos opostos. Visto que o capitalismo pode se interessar por uma visão abrangente para desvendar os crescentes problemas ambientais (geo-sistema), mas não por uma visão abrangente que analise as sociedades humanas e seus problemas (formação social) (MAMIGONIAN, 1996). Nesse sentido, nos interessa ter como guia, notadamente, a concepção de formação social para iniciar o delineamento sobre uma categoria válida para a análise social.

Milton Santos fez a junção do seu conceito de espaço com a categoria de formação social, o que se traduziu num apelo para que o estudo do espaço, ou expressando melhor, para que a Geografia tivesse como foco o estudo da sociedade. Uma resposta ao caminho que a geografia tomava na época, como Armen Mamigonian explicou:

A expansão agressiva da chamada geografia teórica, sobretudo nos EUA, querendo impor uma visão de mundo reacionária e especializada [...], levou M. Santos a participar ativamente da última reaproximação entre geografia e marxismo [...] culminando no seu texto ‘Sociedade e espaço’ [...] (MAMIGONIAN, 1996).

O conceito de espaço geográfico, no qual nos apoiamos, é fundamental na Geografia Crítica. Nos fundamentos deste conceito, desenvolvido por Milton Santos, percebemos a conexão entre espaço e interdisciplinaridade. Essa conexão está “em tudo o que ele escreveu para revelar o espaço geográfico como categoria e modo como a sociedade vive, espacialmente” (NAKAGAWA, 2016, p. 10). Para Milton Santos, o espaço, como uma soma dos resultados das intervenções do homem, expressa a *totalidade* e o *movimento*⁵ da realidade social.

⁴ Marx e Engels desenvolveram originalmente a concepção de Formação Social nas obras clássicas do materialismo histórico e dialético: Marx, 18 de Brumário e O capital; Marx e Engels, A ideologia alemã; Engels, Anti-Duhring.

⁵ Totalidade e movimento fazem referência aos dois métodos aparentemente antagônicos e contraditórios que Marx conseguiu fundir em um só método científico – o materialismo histórico. “Isso foi possível graças à sua concepção de dialética: possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade – o conceito como reprodução do concreto, noção hegeliana – e a existência de um movimento dialético imanente às próprias coisas (desenvolvimento

3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

A compreensão da formação e transformação das dinâmicas sociais implica na compreensão da realidade espacial. “[...] Pois a História não se escreve fora do espaço [...]. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 81).

No texto *Sociedade e Espaço: Formação Social como Teoria e como Método* publicado pelo Boletim Paulista de Geografia, de 1977, Milton Santos buscou evidenciar a dimensão espacial da sociedade, resgatando a categoria de Formação Econômica e Social (FES), proposta por Marx e Engels. Nesse resgate, o autor argumenta sobre como o espaço compõe – de maneira conjunta e indissociável com os modos de produção – a formação das sociedades. Essa abordagem deu novo fôlego à categoria marxista,⁶ ao tempo em que Santos avançava a respeito de pretensões particulares, reunindo e operacionalizando fundamentos que foram necessários para construir uma ontologia do espaço – tarefa levada a efeito ao longo de sua vida acadêmica.

Milton Santos não se preocupou em apresentar uma definição estanque para FES, se ocupando em discutir os elementos que lhe impõem coerência. Inicialmente, resumiu que essa categoria “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com forças externas” (SANTOS, 1977, p. 82). Dessa forma, cada formação social torna-se única, como resultado concreto de muitas determinações, ao mesmo tempo em que representa uma ordem global. Simples e complexamente, uma parte ideal do todo.

Igualmente, a definição não foi uma preocupação de Marx, para o qual era fundamental a compreensão da formação social como etapas de um processo histórico. Isso partiu do entendimento que a existência concreta é uma totalidade em processo, portanto o que se pode captar, ao estudá-la, são aspectos de uma etapa, uma síntese, válida estritamente ao espaço/tempo determinado. Assim, sobre o problema de definição, cabe considerar uma questão simples, uma FES é um objeto real, sua determinação é possível apenas por seu conhecimento.

das formas sociais, como movimento do real, no tempo, por exemplo), que nos afasta de Hegel” (FERNANDES, 2008, p. 27).

⁶ Marxista ou marxismo tratam dos escritos e concepções, não apenas de Marx, mas também de seus partidários posteriores. A concepção de FES também recebeu muitas contribuições dos seguidores de Marx.

As formações sociais apresentam conformações diferentes em relação a sua produção material, bem como, se considerarmos as interações que estabelecem entre si, cada uma desempenha uma função diferente. Por esse motivo, o alcance da coerência interna, no exercício de análise de uma FES, não se ajusta em escolhas *a priori*, devendo partir de seu conteúdo existencial para estabelecer as premissas que deverão explicá-la.

Por outro lado, esta forma de considerar o assunto não significa que devemos partir do nada, totalmente desprovidos de pressupostos. A base de todas as formações sociais – sendo resultado das reflexões que compõem o materialismo histórico – é o modo de produção.⁷ As formações sociais são sempre compostas por “indivíduos determinados, com uma atividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas” (MARX; ENGELS, 1999, p. 19), ou seja, todas se desenvolvem a partir do modo de produção, é o que, ao mesmo tempo, as assemelham e as particularizam.

Contudo, FES e modo de produção não são sinônimos e não devem ser confundidos. A FES constitui-se em função do modo de produção, “[...] todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 1977, p. 86). De tal modo, a formação social também não é um atributo do modo de produção, mas sua realização, sendo uma determinação específica entre as variações possíveis de um dado modo de produção.

A relação modo de produção/formação social foi utilizada por Milton Santos para explicar porque o espaço não pode ser negligenciado naquela categoria de análise social. Uma vez que, “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial [...], as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares” (SANTOS, 1977, p. 87). Daí também, a relação formação social/espaço não fazer referência ao espaço kantiano⁸ – espaço em geral –, mas a um espaço *particular*, geográfico.

⁷ Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels abordaram resumidamente, através dos seus principais traços – forças produtivas, relações de trabalho e as formas de propriedade – os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, sendo as grandes épocas progressivas da formação da sociedade econômica.

⁸ De acordo com Kant, em sua obra *Crítica da Razão Pura*, espaço e tempo são as formas universais das intuições e, ao mesmo tempo, as formas através das quais os seres humanos, intuem de modo sensível, assim, todas as experiências estão condicionadas ao espaço/tempo. Sendo este um espaço qualquer onde os fenômenos ganham acessibilidade epistêmica.

De fato, Marx não desenvolveu, de forma separada, a concepção de espaço, no entanto, o espaço geográfico sempre fez parte das suas considerações sobre o desenvolvimento das sociedades, mesmo que implicitamente. Ou até bem explicitamente, visto que:

[...] em Hegel como em Marx as civilizações nasceram em ambientes naturais particulares; isto é, nas planícies férteis das regiões temperadas do hemisfério norte [...], assim como ambos viram o oceano Pacífico como futuro centro mundial. Os exemplos podem ser multiplicados, pelo interesse diretamente geográfico, dos estudos de Marx sobre renda da terra, desenvolvimento desigual, sistema colonial, etc. (MAMIGONIAN, 1996).

De início, quando Marx e Engels (1999) apontaram as premissas do materialismo histórico, ficou evidente que também tratavam de localização e espacialização: “A primeira premissa é a existência de seres humanos, a segunda é que toda a historiografia deve necessariamente partir das bases naturais, com as quais o homem se depara, e da sua modificação provocada pelos homens no decurso da história” (p. 11). O homem modifica a natureza ao produzir sua própria vida material e para isso emprega técnicas de produção. Essa natureza transformada, como momento da *práxis* humana, é também sinônimo de espaço.

Tanto os objetos quanto as ações sociais se realizam no espaço, assim tornam-se objetos espaciais e ações espaciais. Essa inseparabilidade entre o que é social e o que é espacial propõe que seja mais adequada a utilização do termo, criado por Santos (1977), *formação socioespacial*.

A concepção do termo formação socioespacial enriqueceu o debate entorno da categoria marxista, evidenciando a dimensão espacial que sempre coube à formação social. Ao contrário de Bottomore (1983) que considera a polissemia em torno da FES um motivo para críticas negativas, não colocamos em xeque a capacidade dos estudiosos de compreender a flexibilidade que a expressão ganhou no decorrer do tempo. Marx usualmente se referia a uma *sociedade determinada* ou a uma *formação social*; em Santos (1977; 1978; 1996) *formação econômica e social* ou *socioespacial*, todos esses termos foram sempre empregados com rigor, ao fazer referência a uma sociedade histórica e espacialmente determinada.

As confusões em torno de alguns conceitos e terminologias, nos estudos socioespaciais, ocorrem quando não se tem um conhecimento básico sobre o assunto.

Para Mamigonian (*op. cit.*) isso “resultaria de uma visão acadêmica e compartimentada dos conhecimentos em geral e da geografia em particular”.

Tratando especificamente sobre os conceitos marxistas, Florestan Fernandes (2008) fez advertência parecida quando redigiu a introdução (da versão em português) do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*⁹, exemplificando como as interpretações equivocadas resultam em problemas metodológicos. Entre os exemplos, destacamos que a visão de Marx sobre a sociedade, como uma totalidade em processo, comumente, é confundida como “um sistema de forças inter-relacionadas”. Essa concepção sobre um sistema de forças, muitas vezes, leva os pesquisadores a perseguirem as relações que existem entre os fenômenos e, por meio deste exercício, tentam separar um elemento particular da sociedade para dele extrair leis válidas para a sociedade em geral. O que seria um grande equívoco, visto que não importava para Marx se prender as variáveis e suas relações de forma independente. Muito menos, se ocupar da sociedade em geral.

A sociedade em geral não existe concretamente, o que existe são os tipos históricos definidos de sociedade, ou seja, uma dada FES. De acordo com Santos (1996, p.77), “a produção em geral e a sociedade em geral são um real abstrato, o real concreto é uma ação, relação ou produção específica, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço”.

Mesmo que o objetivo não seja caracterizar uma formação social, destacamos que “é todo o problema das transições e das crises que está colocado, como um problema maior do materialismo histórico e da prática política” (SANTOS, 1977, p. 85). Neste sentido, a Formação Socioespacial, como uma categoria de análise, traduz uma visão de totalidade e movimento necessária para alcançar as características e os significados da organização social.

Realização:

ProDiC UNEAL

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do saber é uma consequência das rápidas mudanças pelas quais a sociedade vem passando, desde a segunda metade do século XX. As bases materiais são

⁹ Originalmente publicado por Marx em 1859.

outras e o desafio de teorizar o mundo contemporâneo a partir dessas bases parece complexo. Para tanto, o movimento que discuti a questão da interdisciplinaridade propõe outra visão de mundo – menos cartesiana e mecanicista –, capaz de abarcar a dialética e a totalidade das relações sociais.

Mesmo com as diferentes abordagens de Frigotto (2008), Ivo Tonet (2013) e Nakagawa (2016), a partir das argumentações apresentadas, compreendemos a interdisciplinaridade como um pressuposto da dependência ontológica do saber em relação ao mundo objetivo e da natureza intersubjetiva da sua apreensão. Portanto, não se trata de abandonar o conhecimento disciplinar, mas de saber delimitar e extrair do objeto a expressão da totalidade, as determinações que lhe deram forma e conteúdo.

O exercício teórico desenvolvido aqui foi de explicitar criticamente concepções de realidade e conhecimento, bem como uma categoria de análise coerente com o caráter interdisciplinar da realidade. O conceito de espaço e a formação socioespacial apresentam essa coerência.

Consideramos, assim como Armem Mamigonian (1996), que o resgate da FES foi uma das mais importantes contribuições de Milton Santos, sendo o marco fundamental da renovação marxista da geografia. Pelo qual, nega-se as concepções sobre uma realidade estática (rejeitando o descritivismo baseado no método dedutivo e o interpretativismo da análise do tipo hipotético-dedutivo), buscando aprender o seu contrário, os aspectos da dinâmica social. Trata-se da reafirmação de que a concepção de história, de realidade social, de conhecimento e de práxis são heranças marxistas que não perderam a legitimidade¹⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e Epistemológicas. In: FAZENDA, Ivani. (org.) **O Que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008, p. 17-27.

¹⁰ Segundo Frigotto (2008), tais concepções permanecem válidas mesmo considerando os equívocos, o dogmatismo e caráter doutrinário que possa ter assumido por diferentes intérpretes.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, v. 10 – n. 1, p. 41-62, 2008.

MAMIGONIAN, Armem. A Geografia e “A Formação Social como Teoria e como Método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.) **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-206.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**/ Karl Marx; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, Antônio. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2008.

NAKAGAWA, Regiane. Espaço e Interdisciplinaridade: o conceito de espaço na obra de Milton Santos e suas interfaces com a comunicação e a semiótica. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 37, p. 6-21, set/dez. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.

